

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	125.040
Preferenciais	0
Total	125.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	256.431	224.356
1.01	Ativo Circulante	151.735	128.189
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.623	15.200
1.01.03	Contas a Receber	108.188	105.936
1.01.03.01	Clientes	21.105	20.672
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.083	85.264
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	87.083	85.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.699	1.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.699	1.698
1.01.07	Despesas Antecipadas	353	618
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.872	4.737
1.01.08.03	Outros	3.872	4.737
1.01.08.03.02	Outros Créditos	3.872	4.737
1.02	Ativo Não Circulante	104.696	96.167
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.742	86.287
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.853	24.576
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.853	24.576
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	76.109	60.159
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	76.109	60.159
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.780	1.552
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.584	1.552
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	196	0
1.02.03	Imobilizado	35	109
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35	109
1.02.04	Intangível	11.919	9.771
1.02.04.01	Intangíveis	11.919	9.771
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.919	9.771

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	256.431	224.356
2.01	Passivo Circulante	55.182	66.381
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.794	4.364
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.794	4.364
2.01.02	Fornecedores	6.037	5.567
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.037	5.567
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.211	4.465
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.414	2.726
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	5.414	2.726
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.797	1.739
2.01.05	Outras Obrigações	7.808	11.548
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.108	2.729
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.108	2.729
2.01.05.02	Outros	6.700	8.819
2.01.05.02.04	Dividendos Propostos a Pagar	418	418
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	271	920
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	5.535	6.986
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	476	495
2.01.06	Provisões	29.332	40.437
2.01.06.02	Outras Provisões	29.332	40.437
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	25.602	36.708
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.730	3.729
2.02	Passivo Não Circulante	4.791	5.117
2.02.04	Provisões	4.791	5.117
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.791	5.117
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.962	3.097
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.121	1.318
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	708	702
2.03	Patrimônio Líquido	196.458	152.858
2.03.01	Capital Social Realizado	127.655	127.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	68.473	24.873
2.03.04.01	Reserva Legal	23.620	23.620
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	43.600	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.253	1.253

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	99.403	93.624
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.148	-64.594
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-17.953	-56.117
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-14.195	-8.477
3.03	Resultado Bruto	67.255	29.030
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.776	-8.320
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.817	-8.485
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.635	-7.982
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.182	-503
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41	165
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.479	20.710
3.06	Resultado Financeiro	3.577	904
3.06.01	Receitas Financeiras	3.212	3.751
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.212	3.751
3.06.02	Despesas Financeiras	365	-2.847
3.06.02.01	Despesas Financeiras	365	-2.847
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.056	21.614
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.456	-7.355
3.08.01	Corrente	-12.733	-6
3.08.02	Diferido	-9.723	-7.349
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.600	14.259
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.600	14.259
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,3487	0,11404
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,3487	0,11404

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	43.600	14.259
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.600	14.259

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	61.111	57.143
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	58.322	67.755
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	43.600	14.259
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.723	7.349
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	87
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	0	1.733
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	-2.697	-3.330
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	510	607
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	91	1.560
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	-5.088	283
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	12.183	45.207
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.789	-10.612
6.01.02.01	Contas a Receber	-433	-499
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-492	47
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	272	375
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	55	-1
6.01.02.07	Outros Créditos	865	-7.209
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.347	-798
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-32	-8
6.01.02.11	Fornecedores	-1.415	1.654
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-1.726	1.525
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-7	-8
6.01.02.14	Obrigações Sociais	430	792
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	14.704	-1.631
6.01.02.17	Credores pela Concessão	-19	-1
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-417	-1.230
6.01.02.19	Outras contas a pagar	-649	-3.620
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.688	-23.883
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-16	-3
6.02.02	Adições ao Intangível	-23.672	-23.880
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.000	-41.247
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-15.000	0
6.03.08	Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	0	13.000
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	0	-50.000
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	0	-1.950
6.03.19	Pagamento de credores pela concessão	0	-2.297
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.423	-7.987
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.200	20.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.623	12.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	127.655	330	24.873	0	0	152.858
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.655	330	24.873	0	0	152.858
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.600	0	43.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.600	0	43.600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	43.600	-43.600	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	43.600	-43.600	0	0
5.07	Saldos Finais	127.655	330	68.473	0	0	196.458

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.259	0	14.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.259	0	14.259
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	89.608	14.259	0	221.852

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	107.091	101.888
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	92.669	92.604
7.01.02	Outras Receitas	227	807
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14.195	8.477
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.378	-20.608
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	514	-4.970
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.348	-2.958
7.02.04	Outros	-16.544	-12.680
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-14.195	-8.477
7.02.04.02	Custo de Concessão	-1.768	-1.799
7.02.04.04	Outros	-581	-2.404
7.03	Valor Adicionado Bruto	88.713	81.280
7.04	Retenções	-12.183	-45.207
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.183	-45.207
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	76.530	36.073
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.212	3.751
7.06.02	Receitas Financeiras	3.212	3.751
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	79.742	39.824
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	79.742	39.824
7.08.01	Pessoal	6.221	6.329
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.915	5.150
7.08.01.02	Benefícios	787	841
7.08.01.03	F.G.T.S.	519	338
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.188	15.721
7.08.02.01	Federais	24.546	11.012
7.08.02.02	Estaduais	4	4
7.08.02.03	Municipais	4.638	4.705
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	733	3.515
7.08.03.01	Juros	0	1.733
7.08.03.02	Aluguéis	153	864
7.08.03.03	Outras	580	918
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	43.600	14.259
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	43.600	14.259

Comentário do Desempenho



Ribeirão Preto, 13 de maio de 2019 - A Autovias S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019, período encerrado em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T19 foi de 10,8 milhões de veículos equivalentes, apresentando um decréscimo de 5,5% quando comparado ao 4T18 devido à desaceleração da economia no início de 2019 e a expectativa do mercado com o novo cenário político. Quando comparado ao 1T18 representa uma queda de 2,7%, impactado pela isenção da cobrança de eixos suspensos determinado pelo governo do estado de São Paulo em atendimento às reivindicações dos caminhoneiros.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T19 de R\$ 107,1 milhões, apresentando um aumento de 5,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo os principais motivos: (i) aumento na receita de construção (67,5%), devido principalmente pelas obras de intervenção pavimento ao longo do trecho; (ii) aumento de 0,1% em relação à receita de pedágio do 1T18, reflexo do reajuste de 2,86% nas tarifas de pedágio ocorrido em julho/18, impactado pela queda do tráfego conforme comentado acima; (iii) redução de 71% nas receitas acessórias em relação ao 1T18, devido a negociação para renovação dos contratos para uso da faixa de domínio ainda não concluídos.
- Quando comparada ao 4T18 houve um aumento de R\$ 0,8 milhão ou 0,8%, sendo os principais motivos: (i) as receitas de obras aumentaram 95%, em virtude da realização de obras de intervenção de pavimento; (ii) redução de 5,8% na receita de pedágio, devido principalmente à redução do tráfego pedagiado; (iii) a receita acessória houve uma queda de 69,2% se comparado ao 4T18, visto processo de renovação de contratos desde dezembro de 2018 ainda não concluído.

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 1T19 (excluído depreciação e amortização) apresentaram um decréscimo de R\$2,9 milhões ou 10,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado principalmente por estornos em Provisão de Manutenção (R\$ 5,1 milhões) e redução de 54,5% nos gastos com despesas administrativas, devido redução no quadro de pessoal, mudanças de prognósticos de contingências e redução no rateio da Holding.

Comentário do Desempenho



- Em relação ao 4T18, houve uma redução de R\$14,8 milhões ou 37,5%, impulsionado principalmente pela variação na provisão de manutenção e despesas administrativas conforme mencionado anteriormente.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA teve uma recuperação de 13,3%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão dos estornos de Provisão de Manutenção. O EBITDA ajustado aumentou 5,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados principalmente pela redução das despesas administrativas.
- O EBITDA aumentou em 28,6% em relação ao 4T18 devido aos estornos dos custos com provisão de manutenção. O EBITDA ajustado apresentou uma retração de 5,3% em relação ao 4T18 devido à queda nas receitas de pedágio e acessória no 1T19, conforme justificado anteriormente.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido de R\$ 3,6 milhões, representando um aumento de 3,1 milhões em relação ao 4T18. Esse aumento se deve à liquidação das debêntures que ocorreu em set/18, e à reversão em mar/19 dos impostos PIS/COFINS sobre receitas financeiras, o que reduziu o impacto das despesas financeiras no resultado.

Lucro Líquido:

- A Companhia terminou o 1T19 com lucro líquido de R\$43,6 milhões, um aumento de 205,8% quando comparado ao 1T18 justificados principalmente por redução com as despesas administrativas, mudança nos prognósticos de contingências, estornos na Provisão de Manutenção e a Reversão dos impostos PIS e COFINS. Quando comparamos com o 4T18 houve um aumento de cerca de R\$ 40,8 milhões, impactado sobretudo pelos mesmos eventos, além da diminuição do saldo da amortização do Ativo Intangível, em decorrência da finalização de obras de pavimentação.

Investimentos:

- No 1T19 a Companhia investiu R\$17,9 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$5,7 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Autovias	10.814	11.444	11.113	-5,5%	-2,7%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	107.052	106.224	101.723	0,8%	5,2%
Receitas de pedágio	92.669	98.331	92.604	-5,8%	0,1%
Receitas de obras	14.195	7.283	8.477	94,9%	67,5%
Receitas acessórias	188	610	642	-69,2%	-70,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.649)	(8.571)	(8.099)	-10,8%	-5,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	99.403	97.653	93.624	1,8%	6,2%
CUSTOS E DESPESAS	(24.741)	(39.580)	(27.707)	-37,5%	-10,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.968)	(11.513)	(10.860)	-4,7%	1,0%
Custo dos serv. de construção	(14.195)	(7.283)	(8.477)	94,9%	67,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.525)	(5.003)	(7.749)	-29,5%	-54,5%
Remuneração da administração	(1.182)	(475)	(503)	148,8%	135,0%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	5.088	(15.426)	(283)	-133,0%	-1897,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	41	120	165	-65,8%	-75,2%
EBITDA	74.662	58.073	65.917	28,6%	13,3%
Margem EBITDA*	87,6%	64,3%	77,4%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(12.183)	(54.373)	(45.207)	-77,6%	-73,1%
Depreciação de imobilizado	(110)	(503)	(233)	-78,1%	-52,8%
Amortização do intangível	(12.073)	(53.870)	(44.974)	-77,6%	-73,2%
RESULTADO FINANCEIRO	3.577	526	904	580,0%	295,7%
Receitas financeiras	3.212	1.370	3.751	134,5%	-14,4%
Despesas financeiras	365	(844)	(2.847)	-143,2%	-112,8%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	66.056	4.226	21.614	1463,1%	205,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(22.456)	(1.483)	(7.355)	1414,2%	205,3%
Corrente	(12.733)	-	(6)	-	212116,7%
Diferido	(9.723)	(1.483)	(7.349)	555,6%	32,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	43.600	2.743	14.259	1489,5%	205,8%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
EBITDA ¹	74.662	58.073	65.917	28,6%	13,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(5.088)	15.426	283	-133,0%	-1897,9%
EBITDA Ajustado ²	69.574	73.499	66.200	-5,3%	5,1%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida, excluindo as Receitas de Obras

A Autovias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant'anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP-310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de dezembro de 2018.

A Autovias teve reconhecido no Diário Oficial publicado em 09/10/2018, a aprovação do Termo Aditivo Modificativo Nº 20/18 assinado em 14/12/2018, indicando a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Trata-se do reequilíbrio do processo 021.631/2016 referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2017, perfazendo um total de 38 dias à contar da data de 20 de dezembro de 2018, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 26 de janeiro de 2019.

Por meio do Termo de Retirratificação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2014, assinado em 24 de janeiro de 2019, devido à revisão dos cálculos de reequilíbrio econômico-financeiro tratado no TAM nº 19/2014, a atualização dos dados de fluxo de caixa marginal demonstrou que o prazo anteriormente estabelecido seria insuficiente para o reequilíbrio contratual. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 01 de abril de 2019.

A Autovias teve reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2017 a 31 de agosto de 2018.

Notas Explicativas

Em 29 de março de 2019, foi assinado o Termo Aditivo Modificativo nº 21/19, que oficializa a prorrogação de prazo em um total de 22 dias à contar da data de 02 de abril de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de abril de 2019.

A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante de R\$30.992, referente à primeira etapa da obra foi realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 68 dias, contados à partir de 24/04/2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 30 de junho de 2019.

A Autovias ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

No período findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 31 de março de 2019, o montante de R\$8.925 (R\$14.039 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$25.809 (R\$37.543 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Notas Explicativas

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Devido ao contrato de concessão da Sociedade ter prazo de encerramento para o exercício de 2019, todos os contratos de aluguéis e arrendamentos vigentes tem prazo inferior a 12 meses. Sendo assim, não houveram impactos da aplicação o inicial do IFRS 16 nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

Notas Explicativas

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	480	-
Veículos	34	-
Veículos operacionais	232	-
Computadores e periféricos	26	-
Imóveis	103	-
Outros	-	5
	<u>875</u>	<u>5</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	2.134	2.800
Aplicações financeiras (*)	<u>35.489</u>	<u>12.400</u>
Total	<u>37.623</u>	<u>15.200</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,79% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.468	19.289
Cupons de pedágio a receber	374	353
Cartões de pedágio a receber	260	114
Receitas acessórias a receber	1.001	914
Outras receitas a receber	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>21.105</u>	<u>20.672</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.056	21.614
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(22.459)	(7.349)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>3</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>(22.456)</u>	<u>(7.355)</u>
Imposto Contabilizado	(22.456)	(7.355)
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(12.733)	(6)
Diferidos	<u>(9.723)</u>	<u>(7.349)</u>
	<u>(22.456)</u>	<u>(7.355)</u>

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	31.03.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	8.250	24.416
Provisão de participação nos lucros	1.946	1.531
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.791	5.117
Outras provisões	81	194
Provisão para manutenção de rodovias	25.602	36.708
Amortização acumulada de obras futuras	1.129	1.129
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	1.885	1.884
Pis e Cofins s/receitas	-	1.303
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	43.684	72.282
Alíquota nominal	34%	34%
Total	14,853	24,576

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa é de que a totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável se realize até 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.159	2.665	308	511	4.643
Adições	-	-	16	-	16
Saldo em 31.03.2019	1.159	2.665	324	511	4.659
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(1.158)	(2.560)	(308)	(508)	(4.534)
Depreciações	(1)	(78)	(9)	(2)	(90)
Saldo em 31.03.2019	(1.159)	(2.638)	(317)	(510)	(4.624)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1	105	-	3	109
Saldo em 31.03.2019	-	27	7	1	35
Taxas de depreciação - a.a.	0%	12%	26%	2%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.175	2.526	384	501	4.586
Adições	-	3	-	-	3
Transferências/reclassificações	-	-	(80)	-	(80)
Saldo em 31.03.2018	1.175	2.529	304	501	4.509
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(1.108)	(1.815)	(165)	(467)	(3.555)
Depreciações	(18)	(172)	(35)	(9)	(234)
Saldo em 31.03.2018	(1.126)	(1.987)	(200)	(476)	(3.789)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	67	711	219	34	1.031
Saldo em 31.03.2018	49	542	104	25	720
Taxas de depreciação - a.a.	6%	29%	46%	7%	

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias – obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2018	903.842	28.254	192	4.397	936.685
Adições	14.241	-	-	-	14.241
Saldo em 31.03.2019	918.083	28.254	192	4.397	950.926
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(894.095)	(28.254)	(192)	(4.373)	(926.914)
Amortizações	(11.320)	-	-	(773)	(12.093)
Transferências/reclassificações	(752)	-	-	752	-
Saldo em 31.03.2019	(906.167)	(28.254)	(192)	(4.394)	(939.007)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	9.747	-	-	24	9.771
Saldo em 31.03.2019	11.916	-	-	3	11.919
Taxas de amortização - a.a.	16%	0%	0%	0%	

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	866.880	28.254	192	4.210	899.536
Adições	8.477	-	-	-	8.477
Transferências/reclassificações	80	-	-	-	80
Saldo em 31.03.2018	875.437	28.254	192	4.210	908.093
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(693.522)	(26.896)	(181)	(3.720)	(724.319)
Amortizações	(44.570)	(277)	(3)	(123)	(44.973)
Saldo em 31.03.2018	(738.092)	(27.173)	(184)	(3.843)	(769.292)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	173.358	1.358	11	490	175.217
Saldo em 31.03.2018	137.345	1.081	8	367	138.801
Taxas de amortização - a.a.	21%	5%	6%	12%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

Notas Explicativas

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	480	-
Veículos	34	-
Veículos operacionais	232	-
Computadores e periféricos	26	-
Imóveis	103	-
Outros	-	5
	<u>875</u>	<u>5</u>

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora (b)	606	-
Centrovias S.A. (b)	27	97
Intervias S.A. (b)	66	-
Vianorte S.A. (b)	20	119
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2	-
ViaPaulista S.A. (b)	1.235	1.247
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. - controladora (c)	85.127	83.801
Total do ativo circulante	<u>87.083</u>	<u>85.264</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	76.109	60.159
Total do ativo não circulante	<u>76.109</u>	<u>60.159</u>

Notas Explicativas

Passivo circulanteControladora/Outras partes relacionadas

Contas a pagar:

Arteris S.A. - controladora (b)	771	1.503
Intervias S.A. (b)	9	4
Vianorte S.A. (b)	3	-
Planalto Sul S.A. (b)	-	5
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	325	1.217

Dividendos a pagar:

Arteris S.A. - controladora	418	418
-----------------------------	-----	-----

Total do passivo circulante

1.526

3.147

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	31.03.2019			31.03.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	2.697	(2.606)	-	3.330	(3.560)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Centrovias S.A.	-	-	(12)	-	-	-
Intervias S.A.	-	-	(11)	-	-	-
Vianorte S.A.	-	-	(4)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(1.466)	-	-	(5.309)	-	-
Total	(1.466)	2.697	(2.633)	(5.309)	3.330	(3.560)

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,40% a 1,80% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	3.841	1.295	3.841	1.215
25.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	23.852	40.000	22.855
03.04.2017	01.12.2019	CDI + 1,80% a.a.	14.000	2.139	14.000	1.890
			<u>57.841</u>	<u>27.286</u>	<u>57.841</u>	<u>25.960</u>

- (d) Contratos de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
05.12.2018	07.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	25.000	492	25.000	106
20.12.2018	22.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	35.000	591	35.000	53
20.03.2019	21.03.2022	CDI + 1,20% a.a.	15.000	26	-	-
			<u>75.000</u>	<u>1.109</u>	<u>60.000</u>	<u>159</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2019 no valor de R\$106 (R\$334 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$945 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$237 relativo ao rateio da Holding, que totalizam R\$1.182 (R\$503 em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de R\$1.946 e R\$1.531, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	31.03.2019	31.12.2018
Imposto de renda	2.892	-
Contribuição social	1.103	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	47	30
Programa de integração social - PIS	206	410
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	951	2.097
Tributos federais retidos	215	189
Impostos sobre serviços - ISS	1.797	1.739
Total	7.211	4.465

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Circulante				
Parcela variável (a)	476	495	476	495
Total	476	495	476	495

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

As parcelas fixas foram quitadas em agosto de 2018.

O valor pago pela Sociedade no decorrer dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$1.412 (R\$1.412 de parcela variável) e de R\$3.698 (R\$2.297 de parcela fixa e R\$1.401 de parcela variável).

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

Notas Explicativas

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2019
Cíveis	1.318	92	(202)	(87)	1.121
Trabalhistas	3.097	506	(311)	(330)	2.962
Regulatório	702	6	-	-	708
Total	<u>5.117</u>	<u>604</u>	<u>(513)</u>	<u>(417)</u>	<u>4.791</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2018
Cíveis	2.116	1.678	(706)	(1.070)	2.018
Trabalhistas	2.123	588	-	(160)	2.551
Regulatório	676	-	-	-	676
Total	<u>4.915</u>	<u>2.266</u>	<u>(706)</u>	<u>(1.230)</u>	<u>5.245</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.217 em 31 de março de 2019 (R\$3.653 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.584 (R\$1.552 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 1.286 (R\$1.179 em 31 de dezembro de 2018) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	3.729	36.708
Adições/Reversões	1.003	(5.088)
Utilizações	(957)	(6.573)
Ajuste a valor presente	(45)	555
Saldo em 31.03.2019	3.730	25.602

	Circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	3.667	51.725
Adições/Reversões	-	283
Utilizações	-	(22.332)
Ajuste a valor presente	26	581
Saldo em 31.03.2018	3.693	30.257

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019, referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 5.740 (R\$17.711 em 31 de março de 2018).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de março de 2019 e de dezembro de 2018 é de R\$128.514, composto por 125.040.451 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$127.655 que representa 123.911.561 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

A Sociedade aprovou a distribuição de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, no montante de R\$1.759, terá a seguinte destinação: (i) R\$88 equivalente a 5% do exercício, destinado à reserva legal; (ii); R\$418 equivalente a 25% do lucro líquido, para distribuição de dividendos obrigatórios e (iii) o restante de R\$ 1.253 em forma de dividendos adicional proposto.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

17. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na Demonstração do Resultado do Período é como segue:

	31.03.2019	31.03.2018
Receita de serviços prestados	92.669	92.604
Receita de serviços de construção	14.195	8.477
Outras receitas	188	642
Receita bruta	107.052	101.723
ISSQN	(4.607)	(4.643)
PIS	(541)	(615)
COFINS	(2.500)	(2.839)
Outras deduções	(1)	(2)
Receita líquida	99.403	93.624

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	31.03.2019	31.03.2018
Despesas:		
Com pessoal	(1.785)	(2.813)
Serviços de terceiros	(648)	(832)
Manutenção de bens e conservação	(219)	(397)
Consumo	(251)	(1.046)
Transportes	(41)	(503)
Seguros/Garantias	(4)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(91)	(1.560)
Comunicação e marketing	(80)	(243)
Indenizações à terceiros	(14)	240
Publicações legais	(154)	(175)
Depreciação / Amortização	(110)	(233)
Outros	(238)	(418)
Total	<u>(3.635)</u>	<u>(7.982)</u>
	31.03.2019	31.03.2018
Custos:		
Com pessoal	(3.252)	(3.016)
Serviços de terceiros	(2.757)	(2.665)
Conservação	(1.816)	(2.031)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(220)	(154)
Consumo	(353)	(405)
Transportes	(726)	(762)
Seguros / Garantias	(374)	(398)
Ônus variável	(1.393)	(1.400)
Provisão de manutenção em rodovias	5.088	(283)
Custos de serviços da construção	(14.195)	(8.477)
Depreciação / Amortização	(12.073)	(44.697)
Amortização da Outorga	-	(277)
Outros	(77)	(29)
Total	<u>(32.148)</u>	<u>(64.594)</u>

Notas Explicativas

19. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras:		
Juros ativos	2.696	3.330
Aplicações financeiras	516	420
Outras receitas	-	1
Total	3.212	3.751
	31.03.2019	31.03.2018
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	-	(1.733)
Atualização montária do ônus da concessão	-	(87)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(510)	(607)
Outras despesas	875	(420)
Total	365	(2.847)

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	5.275	11.487
Dividendos propostos e não pagos	418	-
	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(14.706)	(26.890)

21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	31.03.2019	31.03.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro do exercício	43.600	14.259
Número de ações durante exercício	125.040	125.040
Lucro por ação	0,3487	0,1140

Notas Explicativas

Não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	37.623	-	15.200	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	21.105	-	20.672
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	163.192	-	145.423
Outros Créditos	Nível 2	-	3.899	-	4.737
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(1.108)	-	(2.729)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(11.572)	-	(12.553)
Dividendos propostos	Nível 2	-	(418)	-	(418)
Credores pela concessão	Nível 2	-	(476)	-	(495)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(271)	-	(920)
		<u>37.623</u>	<u>174.351</u>	<u>15.200</u>	<u>153.717</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de empréstimos e financiamentos.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$19.468 (R\$19.289 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Movemais e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	11.572	11.572
Fornecedores partes relacionadas	1.108	1.108
Credores pela concessão	476	476
Outras contas a pagar	271	271
	<u>13.427</u>	<u>13.427</u>

Modalidade	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	6.037	5.535	11.572
Fornecedores partes relacionadas	1.108	-	1.108
Credores pela concessão	476	-	476
Outras contas a pagar	271	-	271
	<u>7.892</u>	<u>5.535</u>	<u>13.427</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.267
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	113.304

(*) Por sinistro.

Notas Explicativas

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante de R\$30.992, referente à primeira etapa da obra foi realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013. Em 22 de abril de 2019 foi assinado de Termo Aditivo Modificativo nº 22/19 que oficializa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 68 dias, contados à partir de 24/04/2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 30 de junho de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Sociedade detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 30 de junho de 2019. Esta situação indica que a Sociedade entrará em um processo de dormência em função do referido assunto. A Sociedade possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2019.

Ribeirão Preto, 13 de maio de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

Andre Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Ribeirão Preto, 13 de maio de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

Andre Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica